

A extinção do Ministério do Esporte no Brasil: uma análise da seção temática v. 31 n.60/2019 da revista Motrivivência

RESUMO

O presente ensaio visa apresentar, explorar e discutir sobre os desdobramentos da extinção do Ministério do Esporte no campo científico-acadêmico da educação Física. No cerne dos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, sendo a técnica de coleta e análise de dados documental. Para tal, foram analisados os artigos publicados em 2019 pela Revista de Educação Física, Esporte e Lazer – conhecida nacionalmente como Motrivivência – numa sessão temática, especificamente voltada para as discussões sobre a extinção do Ministério do Esporte. A edição foi composta por um editorial e seis artigos. Os dados analisados, demonstram que há uma tendência a um foco estrutural nas investigações. Por fim, novos estudos precisam ser realizados, com vistas a compreender as causalidades e os impactos a médio e longo prazo do fim do Ministério do Esporte no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte; Política; Ministério do esporte

Neidiana Braga da Silva Souza

Mestra em Educação Física
Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de Educação Física, Maringá,
Paraná, Brasil
neidianabraga@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0480-0430>

Murillo Lago Menezes

Mestre em Educação Física
Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de Educação Física, Maringá,
Paraná, Brasil
murillolago_@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8629-1325>

Juliano de Souza

Doutor em Educação Física
Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de Educação Física, Maringá,
Paraná, Brasil
julianoedf@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-3491-9536>

Fernando Augusto Starepravo

Doutor em Educação Física
Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de Educação Física, Maringá,
Paraná, Brasil
fernando.starepravo@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1655-998X>

The extinction of the Ministry of Sport in Brazil: an analysis of the thematic session v. 31 n.60/2019 of Motrivivência journal

ABSTRACT

This essay aims to present, explore and discuss the consequences of the extinction of the Ministry of Sport in the scientific-academic field of Physical Education. At the heart of the methodological procedures, it is an exploratory study with a qualitative approach, the technique of collecting and analyzing data being documentary. To this end, articles published in 2019 by Revista de Educação Física, Esporte e Lazer – nationally known as Motrivivência – were analyzed in a thematic session, specifically focused on discussions on the extinction of the Ministry of Sport. The edition consisted of an editorial and six articles. The analyzed data demonstrate that there is a tendency towards a structural focus in the investigations. Finally, new studies need to be carried out, in order to understand the causalities and the medium and long-term impacts of the end of the Ministry of Sport in Brazil.

KEYWORDS: Sport; Policy; Sport ministry

La extinción del Ministerio del Deporte en Brasil: un análisis de la sesión temática v. 31 n.60/2019 de la revista Motrivivência

RESUMEN

Este ensayo tiene como objetivo presentar, explorar y discutir las consecuencias de la extinción del Ministerio del Deporte en el campo científico-académico de la Educación Física. En el corazón de los procedimientos metodológicos, es un estudio exploratorio con enfoque cualitativo, siendo la técnica de recolección y análisis de datos documental. Para ello, artículos publicados en 2019 por la Revista de Educação Física, Esporte e Lazer – conocida nacionalmente como Motrivivência – fueron analizados en una sesión temática, específicamente enfocada en discusiones sobre la extinción del Ministerio del Deporte. La edición constó de un editorial y seis artículos. Los datos analizados demuestran que existe una tendencia hacia un enfoque estructural en las investigaciones. Finalmente, es necesario realizar nuevos estudios para comprender las causalidades y los impactos a mediano y largo plazo del fin del Ministerio del Deporte en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: Deporte; Política; Ministerio del deporte

INTRODUÇÃO

No período pós Constituição Federal (CF) de 1988, se desdobrou um movimento de reorganização administrativa no Brasil, em todos os entes federados, com vistas a adequação da realidade aos novos delineamentos imputados pelo referido marco legal. Limana (1999) revela que as alterações, a partir de 1990, indicam um olhar descentralizado instituído pela CF de 1988, em que o país se abre a democracia e a corresponsabilidade entre as áreas. Nesta perspectiva, observar as alterações no aparato institucional se apresenta como um elemento de percepção das continuidades e rupturas que permeiam a dinamicidade política.

Souza (2008) afirma que as mudanças institucionais acontecem e são observadas com a intenção de compreender as causas. Por outro lado, Goodin (1988) classifica que essas alterações podem ocorrer por meio de diversas perspectivas, a saber: contingência (acidental), evolução (aleatória, atrelado a capacidade de adaptação), e intenção (escolha de indivíduos ou grupos).

Em relação ao esporte no país, na conjuntura política e administrativa atos normativos e legislativos foram aprovados no decorrer dos anos, com objetivo de organizar a política de esporte e propor competências e finalidades para as instituições. Sendo assim, a estrutura responsável pelo setor foi alterada, conforme estabelecido pelo planejamento governamental de cada período histórico, desde a constituição de uma Secretaria atrelada a Presidência da República (1990) a instituição de uma pasta ministerial para o esporte em 2003, até a sua extinção no ano de 2019.

O extinto Ministério do Esporte (ME) passou a ser denominado Secretaria Especial do Esporte, vinculada ao Ministério da Cidadania. A exclusão do Ministério ocasionou duras críticas ao governo federal, formuladas e publicizadas por diversos pesquisadores da área, atletas, docentes e agentes políticos que fizeram parte da referida pasta em anos anteriores. Partindo desse pressuposto e tendo em vista os diversos fatores que influenciaram o processo de mudança de status ministerial, o presente ensaio visa apresentar, explorar e discutir sobre os desdobramentos da extinção do ME no campo científico-acadêmico.

Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa e técnica de coleta e análise de dados documental. Logo, foram analisados os artigos publicados em 2019 pela Revista de Educação Física, Esporte e Lazer – conhecida nacionalmente como Motrivivência – numa sessão temática, especificamente voltada para as discussões sobre a extinção do ME. A referida sessão trata-se da edição de volume 31, número 60, e foi composta por um editorial (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2019) e seis artigos (CASTELLANI, 2019; CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019; TAFFAREL; SANTOS JUNIOR, 2019; SOUSA et al, 2019; ORDONHES et al, 2019; FRIZZO, 2019). Salienta-se que apesar da escolha da referida sessão temática, existem outras produções

científicas que visam dialogar sobre a extinção da estrutura administrativa em questão, que por hora não foram analisadas.

Antes da análise da sessão temática em questão, as alterações no aparato institucional do esporte no governo federal serão apresentadas, com vistas a compreensão do processo histórico referente à produção legislativa até a destituição do ME no ano de 2019.

A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESPORTE NO BRASIL

As deliberações legislativas imputaram uma nova logística à política de esporte no Brasil, com vistas a ampliação da autonomia das entidades esportivas sua estrutura administrativa e financeira. Conforme Mezzadri (2011), isto é resultado de inúmeras disputas no setor, sejam através de grupos de pressão, grau de capital político dos agentes, ou por influências estruturais. Bueno (2008, p. 167) sinaliza que se faz “[...] necessário reformular estruturas, modos de atuação e a articulação do setor esportivo com a sociedade” para a qualificação das ações.

Nesta lógica, o Decreto nº 99.605 de 13 de outubro de 1990 instituiu a Secretaria dos Desportos da Presidência da República – SEDES/PR, e possuía a finalidade de realizar estudos sobre o esporte; formular, organizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e atividades esportivas em consonância com a Política Nacional de Desporto; zelar e monitorar a execução da legislação esportiva; ofertar colaboração técnica e assistência financeira complementar aos entes federativos e as entidades nacionais que lideram o esporte (BRASIL, 1990). A SEDES/PR teve status de ministério uma vez que estava conectada diretamente ao Presidente da República. Bueno (2008) afirma que a legislação promulgada para a constituição dessa estrutura manifestou-se como marco inicial para a criação de um Ministério Nacional do Esporte.

Posteriormente, no dia 06 de julho de 1993, foi promulgada a Lei nº 8.672/1993 – conhecida como Lei Zico – a qual definiu as normas gerais para a política de esporte no país, caracterizando a prática esportiva formal como aquela monitorada por normas e regras nacionais e internacionais, reconhecidas por cada modalidade esportiva; e a prática desportiva não formal reconhecida pela liberdade e diversão no desenvolvimento das atividades (BRASIL, 1993). Além disso, a legislação determinou as manifestações esportivas: educacional, participação e rendimento. Conceitos comumente utilizados como base para a elaboração das leis de reorganização administrativa das três esferas governamentais.

No ano de 1995, em 1 de janeiro, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, mediante a Medida Provisória nº 813, criou o cargo de Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, no interior do Ministério da Educação e do Desporto (MED), nomeando para a função Edson Arantes

do Nascimento, o Pelé. O cargo teve como uma das principais competências fiscalizar a execução das práticas esportivas no Brasil (BRASIL, 1995). No mesmo ano, em 4 de abril de 1995, foi constituído o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) como uma autarquia federal. Pelo Decreto nº 1.437, tal instituição apresentou como uma das finalidades essenciais a atuação do Conselho Deliberativo nas tomadas de decisões referentes à política e aos programas e projetos de desenvolvimento do esporte (BRASIL, 1995).

A Lei nº 9.615/1998, popularmente conhecida como Lei Pelé, promulgada em 24 de março de 1998, determinou as diretrizes gerais e princípios fundamentais para o esporte nacional; reorganizou o Sistema Nacional do Esporte e indicou outras determinações (BRASIL, 1998). A Lei em questão procurou fortalecer as diversas expressões esportivas e planejou a política de esporte no Brasil de modo complementar a Lei Zico e outros dispositivos legais promulgados anteriormente.

Azevedo e Barros (2004) revelam que a evolução legislativa esportiva se direciona para uma profissionalização da gestão, com o intuito de buscar resultados mais eficientes e eficazes para a realidade dos diversos contextos brasileiros. Sendo assim, Penttengill (2001) corrobora que desde a década de 1990 o governo federal almejou o desenvolvimento da área de forma qualificada e inclusiva.

Nesse contexto, através da Medida Provisória nº 103 de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a política de esporte foi desmembrada da pasta do turismo, criando o ME. A política esportiva passou a ter o status de ministério, apresentando uma pasta específica para o fomento das ações, e possuía a seguinte estrutura organizacional: Secretaria Executiva; Gabinete do Ministro; Consultoria Jurídica; Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED); Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL); Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); além de uma entidade consultiva, o Conselho Nacional de Esporte.

No ano de 2011 o ME passou por uma reestruturação, ocasionando a instauração de três estruturas estratégicas: Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor; Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento e Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (CANAN; SANTOS; STAREPRAVO, 2017). Para Silva, Borges e Amaral (2015, p.78) “[...] o novo formato do Ministério do Esporte pode ser justificado pela atual agenda política” atrelada a realização dos megaeventos esportivos.

Depois de 15 anos de sua fundação o Ministério do Esporte foi extinto no ano de 2019, no início do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, sendo transformado em Secretaria Especial do Esporte, passando a compor a estrutura do Ministério da Cidadania. Em 15 de janeiro de 2019, Marco Aurélio Vieira foi nomeado para o cargo de Secretário especial do Esporte, e afirmou que sua “principal missão é materializar e potencializar o que foi realizado até hoje em políticas públicas.

Vou trabalhar para aprimorar o esporte como expressão da identidade nacional e como forma de inclusão social de todos os brasileiros” (BRASIL, 2021).

No entanto, a extinção do ME gerou inúmeras repercussões em diversas esferas. No campo midiático, em uma publicação do SPORTV, Pussielde (2018) afirma que “[...] ainda é cedo para qualquer avaliação crítica pela decisão. Inicialmente, qualquer aproximação do esporte com a educação teria benefícios diretos para o esporte de base, o esporte educacional”. No bojo científico, houve controvérsias, e na mesma linha de Pussielde, Cléber Dias (2018) assevera que a extinção do ME “[...] como estrutura autônoma, em favor de ações integradas às políticas educacionais [...] pode ser o prenúncio de uma pequena vitória para os milhões de estudantes das redes públicas de educação”.

Diante das percepções apresentadas acerca da reorganização institucional e da produção legislativa do esporte, os estudos da sessão temática vol. 31 n 60 da Revista Motrivivência serão analisados. Destaca-se que o estudo se dedica exclusivamente à análise da referida sessão temática e outras fontes de informação podem ser consideradas para debater o tema.

ANÁLISE DA SESSÃO TEMÁTICA “A EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE” DA REVISTA MOTRIVIVÊNCIA V.31 N. 60/2019

Os estudos publicados pela Motrivivência se dedicaram a compreender o financiamento do esporte em esfera federal, particularidades da política nacional do esporte, a trajetória do ME desde a sua criação e aspectos ideológicos que circundam a estrutura do Estado e o governo brasileiro, bem como opiniões populares redes sociais acerca da extinção do órgão. As informações sobre as pesquisas podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 1 – Trabalhos Analisados na Sessão Temática vol. 31 n. 60 (2019) da Revista Motrivivência

Título	Autores
A Política Esportiva Brasileira: de ‘política de estado’ ao ‘estado da política’	CASTELLANI FILHO
Era uma vez um Ministério do Esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer	CARNEIRO; ATHAYDE E MASCARENHAS
As Representações Sociais sobre a Extinção do Ministério do Esporte para os Usuários do Twitter: um estudo netnográfico	SOUZA; PAULA; PELINSON; ANTUNES E JUNIOR.
Política Nacional do Esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte	TAFAREL E SANTOS JUNIOR
A Inserção do Esporte no Ministério da Cidadania: análise das opiniões sobre o “fim” do ministério do esporte	ORDONHES; ZANIOL; HERCULES E CAVICHIOLLI

Crise do Capitalismo, Política Ultraliberal e a extinção do Ministério do Esporte	FRIZZO
---	--------

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Sobre a política esportiva, Castellani Filho (2019) apresentou uma carta enviada à presidente Dilma, na qual teceu algumas críticas a respeito das ações realizadas pelo ME a partir de 2003. No documento existe menções sobre as discussões presentes nas três conferências nacionais de esporte¹ e a mudança de pauta para os megaeventos na conferência realizada em 2010. O autor sugere na carta a extinção do ME devido aos equívocos e contradições existentes na execução da política de esporte desde a criação da pasta. Castellani Filho assume a defesa da exclusão do ministério por visualizar um contexto político que enxerga o esporte como um produto a ser comercializado, com grande potencial econômico para o mercado, e não como uma prática social reconhecida como um direito na Constituição Federal de 1988. Com a existência ou não de uma pasta ministerial, atividades esportivas são realizadas em diversos setores da sociedade, demonstrando várias finalidades na formulação das ações a serem executadas.

Em relação à atual conjuntura do esporte brasileiro, Castellani Filho (2019) escreveu considerações acerca da ausência de políticas esportivas na condição de uma política de Estado, apresentando reflexões sobre os momentos que essas políticas mais se aproximaram dessa perspectiva. O autor, ainda, aponta que com a criação do ME, as políticas desenvolvidas num primeiro momento se aproximaram da perspectiva de uma política de Estado, contudo, é necessário avaliar se tais políticas atenderam as reais necessidades esportivas dos cidadãos e tiveram um caráter contínuo na entrega dos serviços. Além disso, o autor relata que a atual estrutura administrativa nacional apresenta indícios perceptíveis do desejo governamental de introduzir ideologias militares no contexto social do Brasil, apresentando a política esportiva, coordenada pelas forças armadas como o carro chefe no comando das ações. Por ser no primeiro ano de uma gestão, percebe-se um posicionamento prematuro frente às ações desenvolvidas.

Por outro lado, Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019) analisaram o financiamento e os gastos do ME nos governos Lula, Dilma e Temer no período de 2003 a 2018. Conforme os autores, no que diz respeito à estrutura organizacional do ME, as quatro secretarias ficaram diretamente vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, as duas legendas partidárias tiveram uma relação de conflitos, com desentendimentos políticos e ideológicos. Starepravo; Mezzadri; Marchi Júnior (2015) apresentam que a extinção da Secretaria

¹ As conferências nacionais de esporte ocorreram nos anos de 2004, 2006 e 2010. “[...] a maioria das deliberações relativas ao eixo Gestão e Controle Social não foi cumprida pelo governo federal, que priorizou os megaeventos esportivos como principal política pública, ao invés de criar e consolidar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” (ARAÚJO, 2013).

Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer em 2011, administrada pelo PT, e sua inserção na Secretaria Nacional de Esporte Educacional demonstrou a interdependência de forças e poder no interior do ME, tornando a alteração favorável ao PC do B, reduzindo assim a atuação do PT frente ao Ministério do Esporte.

No que diz respeito ao direcionamento do gasto do ME, Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019) evidenciaram que, no período de 2003 a 2018, foram gastos cerca de R\$ 6,46 bilhões com infraestrutura esportiva; R\$ 4,34 bilhões com megaeventos esportivos; R\$ 2,68 bilhões com a categoria políticas de esporte, educação, lazer e inclusão social (EELIS) e R\$ 1,27 bilhão com ações voltadas para a participação de atletas em competições, categoria esporte de alto rendimento (EAR). Os autores apontam que a quantia gasta com o esporte para a sociedade em geral foi maior do que com as políticas direcionadas para o apoio aos atletas. No entanto, deve-se levar em consideração os valores gastos com os megaeventos e com a infraestrutura para atender as demandas do esporte de rendimento.

Por outro lado, um estudo realizado por Carneiro; Mascarenhas (2018) sobre os recursos públicos federais do esporte no Brasil no período de 2004 a 2015, a categoria EAR – políticas de apoio a atletas profissionais teve o maior número de recursos, 7,44 bilhões. Pode-se perceber que a existência de uma estrutura administrativa específica – nesse caso um Ministério, não necessariamente garante maior ou menor gasto em políticas públicas para o esporte, educação lazer e inclusão social (categoria EELLIS), possivelmente reflexo das inúmeras influências que incidem sobre a organização da destinação de recursos financeiros no bojo das políticas esportivas, ao considerar que tais “prioridades” dependem das mais variadas circunstâncias, sejam elas, políticas, econômicas, sociais, midiática, culturais, etc.

Carneiro; Athayde; Mascarenhas (2019) apresentam a ideia de que os processos do orçamento público acontecem mediante às diversas influências de determinadas classes sociais e setores existentes no interior do Estado. Em relação ao financiamento do ME no governo Lula, os autores apontam que o maior investimento no decorrer da gestão foi na infraestrutura do esporte, por meio de construções públicas, como estádios, ginásios, entre outros equipamentos; esse investimento foi denominado pelos autores como uma política “anticíclica” para enfrentar a crise financeira mundial ocorrida nos anos 2007 e 2008. Ademais, foi apresentado que os maiores gastos com a infraestrutura esportiva só foram realizados por causa dos recursos advindos de emendas parlamentares e que as ações do esporte estavam ligadas à economia. Teixeira (2016) afirma que, no período de 2008 a 2015, as emendas parlamentares representaram 54% dos recursos financeiros do Ministério do Esporte.

Taffarel e Santos Junior (2019) evidenciam que o ME foi um exemplo de uma política de Estado, e surgiu com a função de formular uma Política Nacional de Esporte, para aperfeiçoar o esporte de rendimento, realizar políticas de inclusão social por meio do esporte e assegurar à nação brasileira o acesso às atividades esportivas, tendo em vista a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. Carvalho e Saldanha (2020) demonstram que, das trinta e quatro nações que possuem os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) no mundo, número inferior a 0,55, trinta delas possuem um ministério do esporte. Os autores apresentam que não parece existir uma relação entre o bem-estar humano e a existência de um ministério.

Os objetivos delineados no âmbito institucional para a prática do esporte muitas vezes são abstratos e não condizem com os fatores limitantes da máquina pública e da realidade. Nesta lógica, talvez fosse necessário elaborar competências e finalidades acessíveis e coerentes com os benefícios das atividades esportivas. Vale ressaltar que a existência de uma pasta ministerial não necessariamente poderá ofertar bem-estar ou qualidade de vida, visto que tais benefícios podem depender de variados fatores sociais.

Sobre a Política Nacional de Esporte, Taffarel e Santos Junior (2019) demonstraram dados empíricos dessa política, implementada nos governos Lula e Dilma (2013-2016) e os impactos do fim do Ministério do Esporte e da suspensão das ações executadas. Pelo curto espaço de tempo entre a extinção do ministério e a publicação do trabalho, é pouco provável a percepção dos impactos, visto que estes podem demorar um período mais longo para se manifestarem. Ainda, segundo os autores, com a extinção do ME foram interrompidas políticas esportivas demandadas nas três conferências nacionais de esporte, e que, na atual estrutura vinculada ao ministério da cidadania a política esportiva sofrerá um retrocesso. Tal posicionamento contrapõe a visão de Castellani filho (2019), a qual indica que as ações após as conferências nacionais de esporte foram pautadas na realização dos megaeventos esportivos.

É preciso analisar a configuração da atual Secretaria Especial do Esporte, comparar com a estrutura organizacional do ME e observar as reais mudanças. Além disso, compreender precisamente os possíveis impactos dessa extinção nas políticas de esporte implementadas. Silva; Borges; Amaral (2015) argumentam que, a maioria das ações, programas e projetos executados pela pasta em questão se caracterizaram como políticas sociais focais, no intuito de reduzir as desigualdades, todavia, os autores relatam que não existem indicadores sociais que confirmem resultados de minimização das desigualdades no contexto social.

No ponto de vista de Taffarel e Santos Junior (2019), os governantes de diversos Estados brasileiros alinharam suas ações políticas com o governo federal, alterando as estruturas administrativas e eliminando secretarias de esporte. Os autores relatam que os Estados de Goiás,

Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina e Sergipe extinguíram suas secretarias de esporte e reduziram diversos recursos. Segundo os autores, existe uma possível aproximação de ideias dos Estados brasileiros com a política de organização administrativa idealizada pelo governo federal. Contudo, é necessário investigar as alterações administrativa realizadas nos últimos tempos no Estados, com o intuito de verificar precisamente se o processo de reorganização administrativa e a extinção das secretarias não começou a ocorrer em anos anteriores e se de fato houve redução de recursos humanos, financeiros, entre outros.

Seguindo lógica semelhante, Frizzo (2019) ao discorrer acerca da extinção do ME com o artigo intitulado “*Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do Ministério do Esporte*”, focaliza seu olhar estrutural economicista acerca da reorganização do setor, pontuando dois elementos influenciadores das modificações político-legislativas: cortes orçamentários e privatização. Primeiramente, o autor apresenta indícios de um certo sucateamento da política esportiva em curso no país, a partir da redução orçamentária identificada desde o ano de 2018, com a redução de 87% dos recursos financeiros para o esporte (FRIZZO, 2019).

Outro ponto sinalizado por Frizzo (2019) é que tal sucateamento estava relacionado com a redução das ações estatais e o aumento da iniciativa privada dentro da organização e oferta do esporte brasileiro, o que segundo ele estava relacionado ao uso político do esporte para os interesses da classe dominante. Nesta lógica o autor pondera que:

[...] uma política pública de estímulo ao Esporte não necessariamente precisa ter um ministério específico para tal fim, porém apresentamos elementos que nos permitem concluir que essa extinção está atrelada à um projeto econômico e social no qual o papel do Esporte é subordinado à interesses empresariais que tem na mercantilização do Esporte a principal marca (Frizzo, 2019, p. 13).

Em termos gerais, o autor focaliza seu olhar apenas no viés econômico, desconsiderando a dinamicidade que permeia todo processo de formulação e implementação de uma política esportiva. Capella (2018) revela que inúmeros fatores influenciam a tomada de decisão dos agentes, desde a mídia, aos aspectos culturais, sociais, econômicos, globais, interesses individuais e interesses dos grupos de pressão etc. Nesta lógica, reduzir a visão a apenas um elemento pode não gerar um olhar mais preciso acerca da realidade, dos fatos e das causalidades.

Outrora, Sousa et al (2019) desenvolveu um trabalho em torno das “*Representações sociais sobre a extinção do Ministério do Esporte para os usuários do Twitter: um estudo netnográfico*”, em que os autores utilizaram o olhar da Teoria das Representações sociais e o conceito de cibercultura² para analisar de que forma os usuários do *Twitter* reagiram ao fim do ME. Nesse

² Conjunto de técnicas que se desenvolvem através da virtualização das informações (Sousa et al, 2019).

sentido, foram coletadas postagens entre o período de 2018 a 06/2019, identificando um total de 128, e após os critérios de exclusão foram analisados 112 comentários relacionados diretamente com objeto investigado.

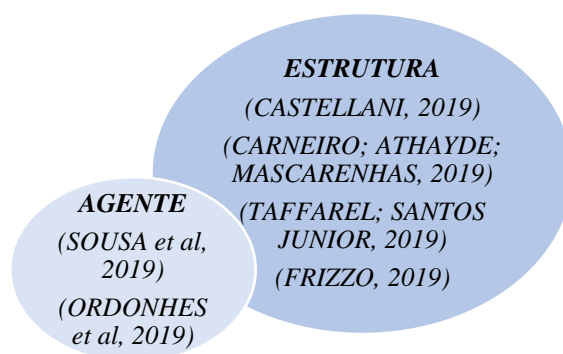
Ao analisar os dados, os autores identificaram duas perspectivas [1] culpabilização e ironia aos atletas de vôlei, e [2] Consequências da gestão de Bolsonaro para o esporte brasileiro. Apesar da referida classificação os comentários realizados pelos usuários eram majoritariamente contrários a decisão do presidente de extinguir a pasta específica para o setor.

O consenso entre os usuários do *Twitter* é conhecido como microesferas públicas, indicando que a constituição de grupos através das redes sociais com base nas ideologias, fazem com que as informações viralizadas sejam apenas algumas opiniões facilitando a aderência de um maior público (Recuero, 2017; Sousa et al, 2019). Percebe-se que as impressões analisadas por Sousa et al (2019), apresentam apenas uma perspectiva negativa acerca da tomada de decisão do fim do ME, desconsiderando possíveis ambiguidades que permeiam todo processo, haja vista que a democracia também é constituída de conflitos, e cada decisão possui riscos positivos e negativos, estes que uma vez calculados podem inferir na eficiência, eficácia e efetividade do serviço público.

Seguindo a mesma lógica de análise da percepção da opinião pública através do *Twitter*, Ordonhes et al (2019) faz uma apresentação do histórico da política esportiva brasileira desde o ordenamento legal a estrutura administrativa, evidenciando o processo de modernização que impactou tanto a produção de conhecimento quanto a ampliação do acesso às informações, bem como a expansão dos meios de comunicação.

Neste íterim, durante o ano de 2019 foram coletadas todas as publicações no *Twitter* que tinham relação com o fim do ME, sendo que os autores identificaram 106 no total, entre mídia esportiva, agentes e alguns grupos partidários. O teor das opiniões estava atrelado ao [1] descontentamento com a inclusão do esporte no Ministério da Cidadania e, ao mesmo tempo, ao [2] apoio a mudança almejando modificações no esporte, utilizando os argumentos de compensação de direitos, manutenção dos projetos antigos e falta de clareza acerca da operacionalização do órgão.

Assim, foi possível verificar que apesar da maioria dos comentários acerca do ocorrido com o ME serem de cunho negativista, pode-se identificar uma certa ambiguidade presente nas opiniões dos usuários do *Twitter*, ao considerar até mesmo os questionamentos voltados pela não sustentação da pasta e a necessidade de uma repaginada na estrutura esportiva brasileira.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Em adição, ao analisar os 6 artigos da sessão temática pode-se perceber uma tendência nas investigações que tinham como foco o olhar estrutural, conforme pode ser observado na figura 01. Souza (2020) revela que os estudos acerca da política esportiva ora priorizam a estrutura em detrimento do agente ou vice-versa, ação que acaba emitindo um olhar verticalizado acerca do objeto, se distanciando na maioria das vezes de uma diagnose mais precisa da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, podemos perceber a complexidade das discussões e reflexões acerca das concepções de Estado, governo, financiamento esportivo e suas relações com a extinção do ME. Ademais, observa-se a necessidade de reconhecer que no interior do Estado ocorrem diversos processos políticos, administrativos e financeiros, os quais podem estar baseados em interesses desconhecidos e ideologias pautadas por determinados grupos sociais.

Assim, compreender a extinção do ME é uma missão complexa, perpassa pelos processos políticos e institucionais, bem como a relação entre os agentes e as estruturas que constituem o processo. A perspectiva de desenvolvimento econômico muitas vezes é o principal objetivo de determinado Estado ou governo, no entanto, pode-se considerar que essa não é a única questão colocada em pauta pelos agentes políticos inseridos na estrutura estatal.

Em termos gerais, ficou perceptível uma prevalência de estudos voltados para a estrutura em detrimento do agente. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que a visão negativa da toma de decisão foi emitida sem ao menos buscar fatos que subsidiem uma avaliação embrionária mais relacional e contundente acerca do desenvolvimento das ações. Por outro lado, o artigo de Ordonhes et al (2019), indicou um olhar mais ambíguo acerca da extinção do ME.

Vale ressaltar que novos estudos precisam ser realizados, aprofundando essa ambiguidade, para conjecturar dados que subsidiem uma análise mais relacional acerca do objeto, permitindo compreender as causalidades e os impactos a médio e longo prazo do fim da estrutura analisada.

Ademais, apesar da escolha da sessão temática investigada, existem outras produções científicas com concepções e interpretações sobre a extinção do ME que poderão contribuir para reflexões e debates futuros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvana Martins. Conferências Nacionais de Esporte: o debate sobre o controle social. **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE)**, Brasília, DF. 2013.

AZEVEDO, Paulo Henrique; BARROS, Jônatas França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **R. bras. Ci e Mov.** 12(1): 77-84. 2004. DOI: <https://doi.org/10.18511/rbcm.v12i1.546>

BRASIL. (01 de janeiro de 1995). **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 813, DE 1º DE JANEIRO 1995**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/MP813.pdf>. Acesso em 06 jul 2020.

BRASIL. (04 de abril de 1995). DECRETO N° 1.437, DE 4 DE ABRIL DE 1995 - **Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em: 30 mar 2020.

BRASIL. (11 de novembro de 1993). DECRETO N° 981, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1993 - **Regulamenta a Lei n° 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui Normas Gerais sobre Desportos**. disponível em: <http://www.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em: 30 mar 2020.

BRASIL. (29 de abril de 1998B). DECRETO N° 2.574, DE 29 DE ABRIL DE 1998 - **Regulamenta a Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>. Acesso em: 30 mar 2020.

BRASIL. Ministério do Esporte. **O Ministério**. Disponível em: 30 de março de 2020. Acesso em: www.esporte.gov.br. Acesso em: 30 mar 2020.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos lula, dilma e temer. **Motrivivência**, [S.L.], v. 31, n. 60, p. 01-22, 24 set. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2019e65541>.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. **E-legis**, Brasília, v. 11, n. Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte II, p. 119-140, nov. 2018. DOI - <https://doi.org/10.51206/e-legis.v11i0.481>

CARVALHO, Verônica Toledo Ferreira de; SALDANHA, Renato Machado. Estado, Mercado e Esporte. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 589-610, 30 dez. 2020. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26907>.

CASTELLANI FILHO, Lino. A política esportiva brasileira: de "política de estado" ao "estado da política". **Motrivivência**, [S.L.], v. 31, n. 60, p. 01-18, 24 set. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2019e67325>.

DIAS, Cleber. O fim do Ministério do Esporte: boa ou má notícia?. **Ludopédio**, São Paulo, v. 113, n. 29, 2018.

FRIZZO, Giovanni. Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte. **Motrivivência**, [S.L.], v. 31, n. 60, p. 01-16, 24 set. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2019e67108>.

GOODIN, Robert (org.). **The Theory of Institutional Design**. Cambridge, Cambridge University Press. 1998.

LIMANA, Amir. O processo de descentralização política – administrativa no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788], n.45 (21), 1 de agosto de 1999.

ORDONHES, Mayara Torres *et al.* A inserção do esporte no ministério da cidadania: análise das opiniões sobre o fim do ministério do esporte. **Motrivivência**, [S.L.], v. 31, n. 60, p. 01-16, 24 set. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2019e66972>.

PETTENGILL, Nilma Garcia. Desporto para pessoas portadoras de necessidades especiais. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO** (1.: 2000: Brasília). Desafios para o século XXI: coletânea de textos da... Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001, 742p., p. 636-637

SILVA, Dirceu Santos *et al.* Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 65-79, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092015000100065>.

SOUSA, Diego Petyk de *et al.* As representações sociais sobre a extinção do ministério do esporte para os usuários do twitter: um estudo netnográfico. **Motrivivência**, [S.L.], v. 31, n. 60, p. 01-21, 24 set. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2019e66834>.

SOUZA, Celina. Regras e contexto: as reformas da Constituição de 1988. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, pág. 791-823, 2008. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=807>

SOUZA, Neidiana Braga da Silva. Políticas públicas de esporte e reflexividade: uma leitura alternativa do movimento esporte para todos no Brasil. 2020. 137 f. **Dissertação (Mestrado em Educação Física)** – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá(UEM), Maringá/PR, 2020.

SPORTV. **O fim do ministério do esporte**. 2018. Disponível em:
<https://sportv.globo.com/site/blogs/blog-do-coach/post/2018/10/31/o-fim-do-ministerio-do-esporte.ghtml> .

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 217-228, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092015000200217>.

TAFAREL, Celi Zulke; SANTOS JUNIOR, Claudio de Lira. Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte. **Motrivivência**, [S.L.], v. 31, n. 60, p. 01-32, 24 set. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2019e66105>.

TEIXEIRA, Marcelo Resende. **Esporte, fundo público e pequena política**: os reverses de um orçamento (r)emendado. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro aos bolsistas – Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica

FINANCIAMENTO

O presente trabalho contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES - Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Letícia de Assis

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Juliana Rosário; Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 21 de agosto de 2022

Aprovado em: 09 de dezembro de 2022